

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Raça, barreiras e permanência: para além do acesso ao ensino superior

Rafaela Barbosa Pereira, Renata Veras

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16882>

Submetido em: 2026-07-13

Postado em: 2026-10-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

RAÇA, BARREIRAS E PERMANÊNCIA: PARA ALÉM DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

RAFAELA BARBOSA PEREIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8020-319X>

rah.psicologia@gmail.com

RENATA MEIRA VERAS²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1681-1401>

renatameiraveras@gmail.com

¹ Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia (BA), Brasil.

² Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia (BA), Brasil.

RESUMO: Este artigo apresenta uma revisão narrativa de literatura que tem por objetivo identificar as ações de combate ao racismo desenvolvidas nas Universidades Públicas Brasileiras nos últimos dez anos. O processo de democratização do acesso ao ensino superior possibilitou a entrada de pessoas historicamente desprivilegiadas, especialmente a população negra. No entanto, a garantia de acesso viabilizada pelas políticas de ações afirmativas não assegura, de forma isolada, a permanência estudantil. A pesquisa aborda a importância das ações simbólicas como complemento às políticas materiais. Foram analisados 11 artigos selecionados para compor a discussão. Os resultados apresentam que, embora haja avanços nos Programas de Assistência Estudantil, ainda existem lacunas no enfrentamento simbólico ao racismo. As ações simbólicas, por sua vez, são fundamentais para a construção de uma realidade social que promova a integração social por meio de símbolos os quais funcionam como instrumentos de comunicação e conhecimento. Para que as políticas antirracistas se efetivem, é necessário que as instituições articulem ações materiais e simbólicas, invistam na formação continuada de seus servidores e criem espaços permanentes de escuta e acolhimento aos estudantes.

Palavras-chave: racismo, institucional, universidade, estudantes, ensino superior

RACE, BOUNDARIES AND PERMANENCIES: FAR BEYOND OF ENTERING UNIVERSITY

ABSTRACT: This article presents a narrative/literature review trying to identify which actions are being developed by Brazilian's universities when it comes to fight racism in the past ten years. The democratic process of entering the university has increased the number of disfavors - specially black people. However, the guarantee of affirmative action's - in isolation - not necessarily maintain and support the students. This research shows the importance of the symbolic actions as a complement to the material politics. Has been analyzed eleven articles to compose and understand the discussion. The results demonstrate that even if there are Students's Assistencial Programs, the gaps when it comes to fight the symbolic racism stills. The symbolic actions, on the other hand, are fundamental to build a new social environment which can promote integration using symbols that can function as tools of communication and knowledge. Is possible to say that, if antirracism's politics carry on, is necessary that institutions apply material and symbolic actions, invests in employee's continuous training and create an environment to listening and welcome the students.

Keywords: racism, institutional, universities, students, higher education

RAZA, BARRERAS Y PERMANENCIA: MÁS ALLÁ DEL ACCESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN: Este artículo presenta una revisión narrativa de la literatura cuyo objetivo es identificar las acciones de combate al racismo desarrolladas en las Universidades Públicas de Brasil en los últimos diez años. El proceso de democratización del acceso a la educación superior permitió la entrada de personas históricamente desfavorecidas, especialmente de la población negra. Sin embargo, la garantía de acceso ofrecida por las políticas de acción afirmativa no es suficiente, por sí sola, para la permanencia estudiantil. La investigación aborda la importancia de las acciones simbólicas como complemento de las políticas materiales. Se analizaron 11 artículos seleccionados para componer la discusión. Los resultados muestran que aunque existen avances en los Programas de Asistencia Estudiantil, aún persisten lagunas en el enfrentamiento simbólico del racismo. Las acciones simbólicas, a su vez, son fundamentales para la construcción de una realidad social que promueva la integración mediante símbolos que funcionan como instrumentos de comunicación y conocimiento. Para que las políticas antirracistas se hagan efectivas, es necesario que las instituciones articulen acciones materiales y simbólicas, inviertan en la formación continua de sus trabajadores y establezcan espacios permanentes de escucha y acogida para los estudiantes.

Palabras clave: racismo, institucional, universidad, estudiantes, educación superior

INTRODUÇÃO

Após mais de 350 anos de escravidão e um longo período de negligência e invisibilidade da população negra no Brasil, os avanços em termos de políticas públicas e reconhecimento de direitos são recentes (Herlinger e Carreira, 2022). Entre essas conquistas, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, se constitui como um marco na ampliação do acesso de pessoas negras e indígenas às universidades públicas, instituições historicamente marcadas pelo elitismo, branquitude e exclusão social e racial (Brasil, 2012). A democratização do acesso e a permanência nesses espaços têm o intuito de reverter o caráter elitista que marcou historicamente a Universidade pública, uma vez que o acesso ao conhecimento e aos benefícios materiais relacionados a este continuam associados à origem social e escolar anterior dos alunos.

No entanto, o processo de descolonização do conhecimento e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso (Gomes, 2021). O fenômeno de tornar o acesso à educação uma possibilidade a todas as classes e raças vai além da simples democratização do acesso ao ensino superior. Para Santos (2020), a expansão e a universalização do ingresso ao ensino superior público são importantes, mas não trazem garantias de permanência dos discentes nessa instituição de ensino. Para que essa transformação seja efetiva, ela deve ser acompanhada das condições materiais e simbólicas necessárias que garantam e assegurem a continuidade das discentes negras/os no espaço acadêmico. Nesse contexto, o Decreto nº 7.234 de 2010 passou a estabelecer diretrizes para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é executado no âmbito do Ministério da Educação, com o intuito de ampliar as condições de prosseguimento dos jovens no ensino superior federal. (Santos, 2020).

Para além do referido Decreto, de acordo com Mayorga & Souza (2012), estabelecer uma política de ação afirmativa que garanta o acesso, especialmente a permanência das discentes negras/os e pobres na universidade pública, é um ponto central na questão da democratização para a parcela da população historicamente desprivilegiada. Desse modo, é fundamental que a implementação das ações afirmativas não se restrinja aos estudantes, mas inclua transformações na própria universidade. Ademais, essas ações não devem ser conduzidas sob uma perspectiva assistencialista, já que garantir condições materiais não é suficiente diante da profundidade das estruturas racistas que atravessam o espaço

universitário. O racismo, no Brasil, não se apresenta apenas na esfera individual, ele é um sistema enraizado nas estruturas sociais e institucionais.

Segundo Grada Kilomba (2008), o racismo opera em nível estrutural, excluindo sistematicamente pessoas negras das principais esferas sociais e políticas. As instituições, de forma explícita ou velada, favorecem sujeitos brancos e colocam pessoas negras em posições visivelmente desvantajosas, à margem das estruturas dominantes. Assim, é possível perceber nas universidades as marcas do racismo institucional, que não se limitam a ações ou a discursos individuais, estando incorporado às práticas cotidianas das instituições. Logo, é possível inferir que existe um padrão de tratamento desigual o qual se manifesta em diversos espaços, tais como o sistema educacional, o mercado de trabalho e o sistema penal.

Ainda, como destaca Kilomba (2008), as universidades apresentam o histórico elitizado sustentado por um saber colonial, e, por isso, tendem a marginalizar os corpos e as narrativas das pessoas negras, dificultando sua legitimação como sujeitos de saber. Nesse sentido, é fundamental que a universidade não apenas reconheça essas barreiras estruturais, mas passe a dialogar e a implementar ações comprometidas com a igualdade racial, a exemplo de ações de acolhimento, escuta, representatividade e valorização dos saberes afro-brasileiros. Para alcançar essa realidade, é fundamental promover o debate público e a politização da experiência em questão, a fim de que a política de permanência não se torne apenas um paliativo para as desigualdades, sendo imprescindível tornar o processo uma ação que realmente envolva a comunidade acadêmica, permitindo que todos possam se engajar na transformação proposta.

Essas ações desenvolvidas na universidade têm o potencial de contribuir para o combate contra o racismo estrutural no espaço acadêmico. Para tanto, é fundamental a sensibilização da instituição para adotar estratégias de integração da diversidade, promovendo campanhas internas e externas, compartilhando informações, além de ofertar editais específicos, pesquisa e extensão para os discentes assistidos pelas políticas de inclusão, assim como prezar pela formação continuada para a gestão, os docentes e a comunidade técnico administrativa. Vale salientar a importância da ouvidoria para ofertar orientações e encaminhamentos internos e externos relacionados a discriminações e a situações de violência entre o sistema da universidade e os discentes (Mayorga e Souza, 2012).

Portanto, propomos neste artigo a seguinte questão: quais ações têm sido desenvolvidas nas universidades brasileiras, nos últimos dez anos, para o combate ao racismo? Esta análise considera tanto as iniciativas de acesso por meio das ações afirmativas quanto as políticas de permanência, com destaque para práticas materiais e simbólicas necessárias à efetivação dessas políticas.

RAÇA E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao longo do processo histórico de estabelecer uma compreensão social de raça superior e inferior, os descendentes das pessoas escravizadas sofreram com o processo de apagamento de informações. Em 1899, no Brasil, ocorreu um fato marcante, o qual diz respeito a quando o ministro Rui Barbosa ordenou a incineração de documentos relacionados à escravidão e aos africanos escravizados, com o intuito de apagar a “mancha negra” da história do país (Nascimento, 2011).

Com tal violação de arquivo, a ausência de informações importantes sobre a escravização levou à falta de elementos essenciais para compreender a vivência dos africanos e de seus descendentes. Houve também uma tentativa de eliminar dados sobre a origem racial e a cor nos censos, o que

possibilitou manipulações estatísticas de acordo com os interesses das elites. Essa carência de dados resultou na ocultação de informações fundamentais para a população negra, que, desde então, busca dignidade e justiça, historicamente negadas pelos detentores do poder (Nascimento, 2011).

Ao mesmo tempo em que os políticos planejaram o apagamento da influência negra para a cultura brasileira, os cientistas brasileiros contribuíram para a propagação de estereótipos específicos para a população negra, associando-os à saúde debilitada, à preguiça e à criminalidade (Dávila, 2006). A ideia da mistura racial (com tendência ao clareamento da pele) seria, portanto, entendida como uma evolução da espécie humana, em que a brancura simbolizava progresso e virtudes nacionais.

Em 1920, durante a Era Vargas, os programas educacionais eugenistas destacaram a questão sobre a democracia racial no Brasil, o que se tornou um mito norteador da nação durante o século XX. Essa construção consentiu em aceitar a prática eugênica em ocultar hierarquias raciais sob uma linguagem científico-social, desracializando a sociedade brasileira (Dávila, 2006). Contudo, no processo de recenseamento de 1940, o Brasil classificou as pessoas em quatro categorias de cor: branco, pardo, preto e amarelo. O termo “pardo” abrangeu indivíduos de ascendência africana, indígena ou europeia, e, embora educadores adotassem essas categorias, havia casos em que pardo era substituído por mulato (Nascimento, 2011). Essa classificação, que emergiu do século XVIII, tornou a cor da pele o critério principal para definir categorias raciais que ainda persistem no imaginário coletivo e no âmbito científico (Munanga, 2004).

A partir desse contexto classificatório e biologizante, emergiu também a construção do ideal da ‘raça brasileira’, associada ao homem branco europeu. Esse ideal era defendido pelos eugenistas, que o justificavam com a pretensa necessidade de eliminar condições culturais e higiênicas consideradas inferiores. Os educadores afirmavam que a inclusão nessa “raça” era uma condição essencial para a cidadania e o sucesso, promovendo o branqueamento que envolvia a rejeição das manifestações culturais proveniente das referências africanas e indígenas, e o conhecimento científico (Dávila, 2011).

A análise das desigualdades raciais na educação brasileira revela que essas diferenças se perpetuam para além das classes sociais. Autores como Gilberto Freyre, com a obra *Casa-Grande e Senzala* (2006), contribuíram para reforçar o mito da democracia racial ao interpretar a miscigenação como um traço positivo da identidade nacional, uma leitura que acabou por mascarar as hierarquias raciais persistentes.

Assim, os princípios da educação pública, que foram estabelecidos pelas elites, mantiveram-se inalterados durante o século XX. Mas, a partir de 1960, a educação pública passou a ser dividida em classes sociais, com crianças de famílias pobres frequentando escolas públicas, enquanto aqueles que podiam arcar com os custos se matriculavam em instituições particulares. Essa divisão se intensificou durante o regime militar, período marcado pelo sucateamento da educação pública, com medidas que asseguravam o acesso da população branca elitista ao ensino superior (Dávila, 2011).

Com este percurso histórico, fica evidente a ideia de que o sistema educacional brasileiro foi estruturado de modo a manter a exclusão racial, promovendo o apagamento das referências negras e reforçando o ideal branco e eurocentrado como sinônimo de cidadania, conhecimento e sucesso. Essa lógica excludente gerou mobilizações sociais que, ao longo do tempo, culminaram na criação de movimentos sociais que lutaram para a formulação das políticas afirmativas no âmbito acadêmico. O movimento Negro foi protagonista na luta por uma educação antirracista. No entanto, as marcas dessa estrutura ainda persistem, exigindo enfrentamentos concretos e medidas reparatórias. Para isso, é

essencial a implementação de políticas educacionais comprometidas com a equidade racial e com a valorização dos saberes historicamente marginalizados.

O MOVIMENTO NEGRO E AS CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

No processo histórico da Educação no Brasil, as pessoas escravizadas eram proibidas de ler e escrever; poderiam frequentar escolas, desde que não fossem escravizados em fazendas jesuítas, onde alguns podiam obter um privilégio (Oliveira; Silva, 2019). Os jesuítas, com o objetivo de promover a “elevação moral” de seus escravos, ofereciam escolas para que os filhos dos escravizados pudessem receber lições de catecismo e adquirir conhecimentos básicos, porém não lhes era permitido buscar uma educação de nível médio e superior.

Esta dinâmica social se estendeu por séculos, mesmo após a libertação das pessoas escravizadas. Embora os negros tenham sido declarados livres após o 13 de maio, a cidadania lhes foi negada, incluindo um de seus pilares centrais: a educação. Esse fato refletiu diretamente nas gerações seguintes, resultando, ainda hoje, as condições sociais precárias de vida para a maioria dos afrodescendentes brasileiros. Contudo, é importante citar que este fato histórico foi marcado por reivindicações e movimentos de resistência para melhorar as condições de vida e o direito ao acesso à sistema educacional. (Oliveira, 2022).

Diante desse legado histórico de exclusão educacional, no contexto atual, o movimento negro tem colocado o racismo em foco na esfera pública para questionar as políticas públicas e seu acordo na superação das desigualdades étnico raciais, com o objetivo de emancipar, ressignificar e politizar a questão racial (Guimarães, 2024). Sendo assim, a educação se mantém como um dos principais campos de batalha dos movimentos sociais no Brasil. Atualmente, a articulação entre a educação formal e os processos educativos que ocorrem fora da escola, como as mobilizações sociais, as atividades políticas e os grupos culturais, se torna uma bandeira de luta dos setores progressistas.

Por conseguinte, o movimento negro no Brasil, e em diversos países da América Latina, têm construído demandas específicas para a educação, frequentemente não contempladas nas políticas educacionais. Gomes (2011) ressalta que as demandas educacionais da população negra são históricas. Desde o início do século XX, as primeiras organizações negras já reivindicavam o acesso à alfabetização. Ao longo do tempo, essas reivindicações ampliaram nas discussões sobre políticas de igualdade racial no ensino superior.

As reivindicações do Movimento Negro, especificamente, desencadearam algumas propostas voltadas ao campo educacional. Por exemplo, em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), que atualizava a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, incluindo a História da África e dos Africanos, nos conteúdos das escolas de ensino básico, assim como a luta dos negros no Brasil e a contribuição da cultura negra na formação da sociedade nacional, imprimindo a valorização do povo negro na área social, econômica e política da História do Brasil. A referida lei foi atualizada em 2008, pela Lei nº 11.645, a fim incluir a discussão da cultura indígena nos currículos escolares.

Outro exemplo foi o Projeto de Lei nº 3.627, de 2004, que procedeu a Lei nº 12.711, de 2012, resultando na proposta de reservar 30% de vagas para pessoas oriundas de escola pública, com ênfase na representação proporcional de pretos, pardos e indígenas. A proposição gerou um debate significativo sobre a questão racial no Brasil (Santos et. al., 2022). Denominada Lei de Cotas, ela é uma importante política pública no caminho que conduz à democratização da educação superior. Assim, nos últimos 20 anos, sua existência modificou o perfil do alunado universitário.

A partir da implementação das leis de cotas, houve mudanças significativas na composição de raça e cor do(a)s estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior: de 2003 até 2018, estudantes pretos(as) dobraram sua participação, saindo de 5,9% para 12%; entre pardo(a)s o percentual subiu de 28,3% para 39,2%. Em relação a estudantes indígenas, houve queda entre 2012 e 2014, quando comparadas às taxas de 2003; mas, em 2018, superou os números de 2003. Em relação ao gênero, estudantes do sexo feminino representam 54,6% do total de estudantes. Nos indicadores de raça e cor, há um percentual maior de mulheres em quase todos os grupos, à exceção de indígenas aldeado(a)s (Andifes, 2019). Outro avanço expressivo se refere a estudantes com algum tipo de deficiência, segmento que teve um aumento de mais de 40%, passando de 31.230 mil estudantes, em 2014, para 55.847 mil em 2018 (Andifes, 2019).

Tais avanços, permitidos pelas medidas reparatórias, são frutos de reivindicações históricas legitimadas pela luta dos Movimentos Negros organizados ainda nas décadas anteriores. Essas políticas reparatórias no Brasil possibilitaram a inserção de pessoas negras na universidade, afinal se trata de um resultado histórico de lutas e reivindicações que envolveu movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro e instituições abertas para ações democráticas e pelo governo progressista (Freitas et. al., 2021).

As referidas leis são importantes para o debater e enfrentar a discriminação racial no campo de educação. No entanto, é necessário avaliar a efetividade da lei, sendo importante a fiscalização de como estão sendo aplicadas, e, além disso, acompanhar os desdobramentos do ingresso e a continuidade das pessoas negras no sistema educacional no Brasil. Embora importantes avanços tenham sido apontados no campo educacional, viabilizados por medidas reparatórias e políticas públicas como a Lei de Cotas e a Lei nº 10.639/2003, representa marcos fundamentais para o enfrentamento da discriminação racial na educação brasileira, é necessário reconhecer que a existência da lei não garante a sua efetividade.

É imprescindível, desse modo, acompanhar e fiscalizar os processos institucionais, além de avaliar os desdobramentos como a permanência estudantil no processo de ingresso e estabilidade das/os estudantes negras/os no sistema educacional, garantindo que essas políticas cumpram seu papel de promover justiça e reparação histórica.

METODOLOGIA

Para responder à questão elaborada, desenvolveremos a pesquisa por meio de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, cujo objetivo é compreender e discutir o estado da arte sobre um determinado tema. A revisão narrativa foi escolhida por permitir a análise de um amplo conjunto de publicações, sendo apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento de um assunto sob uma perspectiva teórica ou contextual (Rhoter, 2007).

Segundo Hohendorff (2014), a revisão de literatura envolve a avaliação crítica de materiais previamente publicados, considerando o avanço das pesquisas na temática abordada. Além disso, contribui para definir e esclarecer o problema de pesquisa, sumarizar estudos anteriores, identificar contradições, lacunas e propor caminhos para sua resolução. Nesta pesquisa, foram incluídos estudos que abordam as ações de combate ao racismo desenvolvidas nas universidades federais e estaduais do Brasil.

Para análise das produções científicas, foram selecionados materiais que descrevessem ações desenvolvidas para o combate e o posicionamento das universidades sobre as questões raciais. A primeira busca foi na Plataforma Periódicos Capes. Os descritores utilizados para a busca nestas bases de dados

foram: racismo, institucional, universidade, negros, estudantes e ensino superior, relacionados entre si por meio do operador booleano “AND”. Nesse processo, foram aplicados os seguintes filtros: artigos publicados entre 2012 e 2024, revisado por pares, publicados na língua portuguesa, o que resultou em 598 referências.

Após a leitura dos títulos e resumos, foram excluídos 20 textos por duplicidade e 549 por não responderem à questão de pesquisa, restando 29 artigos para leitura na íntegra. Após a leitura completa, 18 trabalhos foram excluídos por não contemplarem o universo pesquisado, ações desenvolvidas nas universidades para o combate ao racismo. Assim, 11 artigos compuseram o corpus final para análise e discussão sobre as ações de combate ao racismo nas universidades federais e estaduais do Brasil.

Quadro 1: Artigos Acadêmicos Analisados na Revisão Narrativa

AUTORES	TEMA	ANO	REVISTA
Brito, R. S. et al.	<i>Equidade e Permanência de Estudantes Cotistas na UNESP-Assis</i>	2023	Diversitas Journal
Gonzaga, Y. M.	<i>Racismo institucional, Branquitude e Gestão Reativa na Universidade</i>	2023	Revista Práxis Educacional
Mayorga, C.; Souza, L. M.	<i>Ação afirmativa e foco na permanência universitária</i>	2012	Psicologia Política
Souza, S. R.; Rizzotto, M. L. F.	<i>O Programa de Assistência ao Estudante da Unilla: uma análise de estudantes brasileiros e estrangeiros</i>	2022	Perspectiva Florianópolis
Santos, D. B. R.	<i>Acesso e permanência de estudantes populares nos cursos de saúde da UFRB</i>	2017	Revista Contemporânea de Educação
Trindade, L. R.	<i>Estratégias de resistência e coletivos de estudantes negros nas universidades Brasileiras</i>	2022	Plural
Ribeiro, E.	<i>Psicologia, Racismo e Saúde Mental na Prática do Psicólogo</i>	2013	Revista Odeere
Doebber, M. B.; Grisa, G. D.	<i>Ações afirmativas raciais e a experiência da UFRGS</i>	2011	RBEP (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos)
Barbosa, M. L. O.	<i>Democratização ou massificação do ensino superior no Brasil</i>	2019	Revista de Educação PUC-Campinas
Passos, J.C	<i>Relações Raciais, Cultura Acadêmica e Tencionamentos após ações afirmativas</i>	2015	Educação em Revista
Brandão, J.J; Campos, M.C; Lima, A.M de S	<i>Políticas de Ações Afirmativas desafiando relações desiguais de poder: acesso permanência na</i>	2018	Geographia Opportuno Tempore

	<i>universidade estadual de londrina</i>		
--	--	--	--

Fonte: próprias autoras

O quadro 1 apresenta os onze artigos acadêmicos selecionados que discutiram políticas de ação afirmativa, permanência estudantil e o enfrentamento ao racismo no contexto universitário brasileiro. Os artigos apresentados contribuem para a análise das barreiras estruturais que estudantes negras/os enfrentam nas instituições de ensino superior, bem como destacam estratégias institucionais, pedagógicas e políticas voltadas à igualdade racial.

É importante destacar o aumento da publicação sobre esta temática nos últimos 5 anos, evidenciando a ampliação do debate sobre ações materiais e simbólicas no combate ao racismo na universidade. Ao sistematizar esses estudos, é importante dar visibilidade às experiências concretas de enfrentamento ao racismo institucional, mas, também, fundamentar teoricamente e estruturar as políticas integradas de inclusão e pertencimento no ensino superior.

Na pesquisa foram identificados 21 pesquisadores, sendo 18 mulheres e 03 homens. Do grupo, 12 pessoas foram identificadas como pessoas negras, 06 pessoas brancas e 03 não identificadas. Quanto à distribuição geográfica, a maioria dos pesquisadores é vinculada a universidades da região sul do Brasil, seguidas pelas regiões Sudeste e Nordeste.

A análise dos artigos foi realizada a partir da leitura detalhada, buscando identificar padrões, estratégias e experiências institucionais sobre o enfrentamento ao racismo. A revisão narrativa permitiu organizar o conteúdo em três categorias principais, que respondem à questão de pesquisa, as quais foram organizadas da seguinte forma:

1. *Ações de combate ao Racismo na Universidade*: discutem como as universidades se organizam as ações de combate ao racismo;
2. *Ações materiais como enfrentamento ao racismo e a permanência na universidade*: discutem as ações materiais nas universidades, como bolsas, moradia, alimentação, transporte e creches, importantes políticas para a permanência do aluno;
3. *Contribuições das ações simbólicas na Universidade*: discutem práticas de sensibilização ao racismo dentro das universidades.

Essas categorias orientaram a análise crítica e a discussão, permitindo compreender como as universidades brasileiras têm estruturado ações para enfrentar o racismo e promover inclusão e pertencimento no ensino superior.

1. AÇÕES DE COMBATE AO RACISMO NA UNIVERSIDADE

Os textos selecionados para esta categoria discutem as ações de combate ao racismo desenvolvidas em universidades públicas brasileiras federais e estaduais. Com destaque para as seguintes instituições: Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Brito, R. S. et al., 2023), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) (Santos, D. B. R & , 2017) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Gonzaga, Y. M, 2023), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Passos, J.C, 2015), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) (Souza, S. R.; Rizzotto, M. L. F., 2022), Universidade Estadual de Londrina (UEL) (Brandão, J.J; Campos, M.C; Lima, A.M de S, 2018), Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Doebber, M. B.; Grisa, G. D, 2011) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (Trindade, L. R, 2022),

A análise das instituições citadas, por meio dos artigos, revela que cada universidade estrutura suas ações de forma singular, considerando as demandas apresentadas por professores, gestores e, principalmente, pelos discentes. Apesar da existência da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída com o objetivo de ampliar e garantir a presença dos estudantes no ensino superior federal, observa-se que sua execução não é uniforme nem suficiente para atender às múltiplas dimensões da continuidade das/os estudantes negras/os.

O PNAES cumpre o compromisso do Estado brasileiro de consolidar uma universidade pública, gratuita, de qualidade, e com maior equidade e inclusão (Ministério da Educação, 2024). Contudo, é necessário ampliar a discussão para além das garantias materiais, incorporando ações de caráter simbólico que promovam o reconhecimento, a escuta e o pertencimento da população negra no ambiente acadêmico.

A seguir, apresenta-se uma sistematização das ações identificadas nas universidades analisadas, organizadas em dois eixos: materiais (apoios financeiros, infraestrutura, auxílios) e simbólicos (coletivos, práticas pedagógicas, valorização da identidade racial e enfrentamento institucional ao racismo).

Tabela 1. Ações materiais e simbólicas de combate ao racismo nas universidades¹

Universidades	Ações Materiais	Ações Simbólicas
UNESP	Bolsas; restaurante universitário; moradia estudantil.	Espaços de escuta; coletivo negro como estratégia de pertencimento; grupo de leitura e aquilombamento.
UFRB	Apoio institucional a permanência; políticas de assistência estudantil.	Fortalecimento de coletivos negros; práticas culturais e pedagógicas voltadas à identidade racial.
UFMG	Apoio financeiro e auxílio alimentação.	Ausência de práticas simbólicas: silêncio institucional, negação do racismo, distanciamento da temática racial por parte dos gestores.
UFCS	Política de cotas	Disciplinas que discutem relações raciais no curso de Pedagogia.
UNILA	Bolsas e apoio estudantil com base na interculturalidade.	Formação docente voltada para relações étnico-raciais; valorização da diversidade na prática pedagógica.
UEL	Oferece auxílios financeiros e acompanhamento pedagógico.	Atuação institucional do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), práticas de valorização da cultura negra.
UFRGS	Apoios institucionais à permanência estudantil	Implementação de programas desenvolvidos pela equipe de Ações Afirmativas, com foco na permanência estudantil e no suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

¹ Ações materiais e simbólicas de combate ao racismo nas universidades: elaboração da autora com base na análise dos artigos selecionados na revisão narrativa. As informações foram extraídas diretamente dos estudos analisados e organizadas conforme os eixos materiais e simbólicos de combate ao racismo nas universidades públicas brasileiras.

UFES	Políticas de Ações afirmativas;	Coletivo de estudantes negros, construção da identidade, descolonização dos currículos, Saúde mental.
------	---------------------------------	---

Fonte: elaborado pelas próprias autoras

Vale ressaltar que a análise das ações simbólicas desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras neste estudo não são consideradas como complementares às políticas materiais, mas constituem, em conjunto, um campo estratégico de enfrentamento ao racismo institucional e de construção de pertencimento para estudantes negras e negros.

2. AÇÕES MATERIAIS COMO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

As ações materiais desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras, nesta discussão, constituem uma dimensão essencial das políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da permanência estudantil. As ações são estabelecidas pelo Decreto nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), responsável por oferecer suporte em áreas como alimentação, moradia, transporte e concessão de bolsas para pesquisa (Brasil, 2010).

Segundo Honorato et al. (2023), a ausência histórica de políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades raciais revelou suas limitações especialmente a partir do século XXI. Foi nesse contexto que o debate público sobre ações afirmativas se intensificou, impulsionando universidades federais e estaduais a implementar políticas mais inclusivas. Ainda que essas medidas tenham ampliado o acesso de estudantes negros às universidades, barreiras estruturais persistem e continuam comprometendo sua estadia e sucesso acadêmico. Nesse cenário, as ações materiais, como oferta de bolsas, acesso à moradia estudantil, alimentação subsidiada, transporte, creches universitárias e editais específicos para pesquisa e extensão, se constitui como ferramentas indispensáveis no enfrentamento ao racismo.

Entre os textos analisados, destacam-se as iniciativas desenvolvidas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e uma terceira instituição pública não identificada, todas voltadas à garantia da presença de estudantes, especialmente aqueles beneficiados pelas políticas afirmativas. Segundo Brandão et al. (2018), há uma preocupação recorrente nesses programas com o empoderamento da população negra e a conscientização sobre seus direitos de acesso e continuidade na trajetória na universidade.

A democratização do acesso à educação, desde as primeiras discussões sobre o tema, tem como desafio a garantia de estabilidade estudantil e a diminuição das taxas de evasão. Nesse contexto, a Universidade Estadual de Londrina implementou o PROPE, programa que oferece uma bolsa para um egresso e duas bolsas para estudantes de graduação, além de engajar diversos docentes e alunos de graduação e de pós-graduação de diferentes áreas como colaboradores. Há uma preocupação recorrente nos programas e coletivos da universidade com o empoderamento da população negra, assim como a conscientização acerca dos seus direitos de acesso na universidade pública (Brandão et al., 2018).

Ainda assim, embora o acesso às universidades seja importante, a continuidade qualificada também deve ser priorizada. Conforme Santos (2017), essa continuidade acadêmica envolve não apenas auxílio financeiro, mas também estruturas como restaurantes universitários, residências estudantis, creches, grupos de estudos sobre diversidade, representatividade negra no corpo docente e currículos sensíveis à questão racial. Isso porque esses fatores ampliam o alcance das políticas afirmativas e contribuem para uma formação mais abrangente, uma vez que, na UNESP, aponta-se que as moradias universitárias têm uma limitação e não abrange todos os estudantes que possuem direito. Algumas moradias apresentam estrutura precária e sucateamento (Brito et al., 2023).

Apesar dos avanços, Gonzaga (2023) observa que parte da gestão universitária ainda limita sua atuação ao atendimento das demandas materiais, ignorando a importância das dimensões subjetivas no processo de assegurar a continuidade na universidade. Essa lacuna reforça a necessidade de políticas

mais integradas. A autora nomeia esse modelo de gestão reativa seletiva, quando direciona fornecer apenas recursos materiais.

3. CONTRIBUIÇÕES DAS AÇÕES SIMBÓLICAS NA UNIVERSIDADE

Para discutir as ações simbólicas no contexto universitário, serão utilizadas como referência as autoras bell hooks e Grada Kilomba, pois ambas propõem práticas pedagógicas transformadoras voltadas à inclusão, à escuta e ao enfrentamento das estruturas de opressão nas instituições de ensino superior. As práticas pedagógicas têm o potencial de romper com o silêncio institucional e promover o protagonismo de pessoas negras.

Grada Kilomba (2019) analisa o racismo a partir de suas bases estruturais e simbólicas, destacando como os corpos negros são frequentemente percebidos como “fora do lugar”, simbolizados como impróprios e não pertencentes aos espaços institucionais. Em contrapartida, os corpos brancos são vistos como pertencentes por natureza, como sujeitos “em casa”, reforçando a lógica de exclusão racial. Neste sentido, estas ações no âmbito universitário são fundamentais, já que contribuem para a construção de uma subjetividade negra positiva, além de promover espaços de diálogo, reconhecimento e pertencimento.

Na mesma direção, bell hooks (2013) evidencia que o espaço universitário pode ser transformado por meio de ações simbólicas que valorizem o afeto, a escuta e o compromisso com uma pedagogia libertadora. Para a autora, práticas entusiastas em sala de aula são desvalorizadas com a justificativa de quebra da “seriedade acadêmica”, e, desse modo, representam atos de transgressão positiva. Esse entusiasmo compartilhado torna-se uma ferramenta simbólica que rompe com a rigidez elitista do ensino superior e promove um ambiente de troca e aprendizado coletivo.

Ao prosseguir na análise, hooks reforça que a educação deve ser uma prática de liberdade, o que significa ultrapassar a mera transmissão de conteúdo. Isso envolve reconhecer o papel do professor como alguém comprometido com o crescimento intelectual, emocional e espiritual dos estudantes. Como ela afirma, “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (hooks, 2013, p. 25). Logo, adotar essa perspectiva simboliza uma ruptura com a lógica da meritocracia e cria espaço para o acolhimento de trajetórias diversas, muitas vezes marginalizadas.

Essa perspectiva se materializa em experiências concretas, como o Grupo Aquilombamento, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no campus de Assis (SP). O grupo foi criado como uma estratégia de enfrentamento às desigualdades e de apoio à permanência estudantil negra. Por meio da escuta ativa, rodas de conversa, análise de textos e debates sobre o racismo estrutural, o grupo promove um espaço de acolhimento, identidade e resistência, fortalecendo laços entre os participantes e possibilitando a construção coletiva de estratégias de continuidade dos estudos (Brito et al., 2023).

Outra experiência relevante é a da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde a entrada no ensino superior representa apenas uma etapa dos desafios enfrentados pela juventude negra que não possui uma tradição universitária. Muitos discentes são os primeiros de suas famílias a ingressar na universidade e, por isso, enfrentam sentimentos de não pertencimento e estranhamento nesse novo ambiente.

Apesar das barreiras enfrentadas, a presença de professores negros e a existência de grupos de pesquisa focados na diversidade oferecem apoio significativo a esses estudantes. Esses elementos contribuem para o empoderamento e a construção de uma identidade racial positiva, permitindo que os

universitários da primeira geração de suas famílias migrem da margem para o centro. Por outro lado, como reflete a Kilomba (2019), estar na margem não se restringe a um espaço de privação, periférico e de perda, também pode se configurar como resistência.

Diante deste cenário, destaca-se a atuação dos coletivos de estudantes negros nas universidades federais e estaduais do Brasil. Esses coletivos funcionam como espaços diaspóricos de resistência e enfrentamento ao racismo institucional, ao promoverem trocas de experiências, articulação política, produção de saberes e ações de visibilidade dentro das instituições. Tais práticas, embora simbólicas, produzem impactos na desconstrução de imaginários excludentes e na reconfiguração do espaço universitário como um território plural.

Essa dinâmica vai de encontro ao processo de socialização interna das universidades, que, frequentemente, perpetua um saber eurocêntrico e hegemônico. Assim, os coletivos transformam o que poderia ser considerado um “não-lugar” em um espaço repleto de história, significado e símbolos (Trindade, 2022). Diante disso, nota-se a extrema importância de ter um espaço para falar, elaborar e ressignificar a travessia universitária. Segundo Kilomba (2019) o ato de falar simboliza a enunciação, rompendo com a violência histórica de silenciamento de populações, que, historicamente, foram censuradas e negadas ao direito de fala.

Conforme aponta Yone Gonzaga (2023), é fundamental que a Universidade funcione como um ambiente afirmativo e necessário no combate ao racismo. Por isso, a autora destaca a importância de continuar investindo no letramento étnico-racial no âmbito da gestão, dos profissionais docentes e técnicos-administrativos para compreender que as políticas visam enfrentar o racismo e promover a igualdade racial. A necessidade desta ação se expressa no fato de que, apesar da existência de marcos legais e institucionais voltados à igualdade racial, muitos gestores ainda demonstram pouco engajamento ou desconhecimento sobre as políticas de democratização. Essa realidade indica uma lacuna entre a formulação das políticas e sua efetiva incorporação nas práticas institucionais.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a implementação das políticas de inclusão provocou tensões e resistências, porém possibilitou abertura de caminhos para criação de estratégias voltadas à promoção da permanência material e simbólica. Passos (2015) relata que entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se a inclusão de cinco disciplinas no curso de licenciatura que abordam temas como relações étnico-raciais, identidade, estigma e história afro-brasileira. No entanto, tais ações ainda dependem fortemente do esforço individual de docentes e carecem de institucionalização. Para que tenham impacto real, essas iniciativas devem ser incorporadas de forma coletiva, transversal e estrutural, conforme orienta a Lei nº 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Um aspecto relevante neste segmento tem relação com a saúde mental da população negra universitária, frequentemente atravessada por experiências de exclusão e racismo. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apresenta uma experiência significativa nesse campo: oferece acompanhamento psicológico por meio do setor de ações afirmativas, com atendimentos preventivos, individuais ou em grupo, voltados à temática racial (Ribeiro, 2017). A ação é necessária, uma vez que o racismo, ao incidir sobre os corpos e subjetividades negras, pode desencadear quadros de sofrimento psíquico, sendo essencial que as universidades ofereçam suporte institucional diante da realidade.

Diante dos dados analisados, observa-se que as dimensões subjetivas da política institucional desenvolvidas nas universidades variam em escopo, profundidade e articulação. Muitas atividades são desenvolvidas a partir da iniciativa individual de docentes engajados, de coletivos estudantis ou de setores

isolados da gestão, o que denuncia que ocorre falta de organização e integração dessas ações nos planos estratégicos das instituições.

Portanto, estratégias de fortalecimento da identidade negra produzem transformação se forem articuladas a um compromisso institucional contínuo com a igualdade racial. É importante ressaltar, para isso, que a resistência institucional é uma barreira para efetivação de políticas de permanência antirracistas. Extrapolar os impedimentos implica na articulação entre as políticas de assistência estudantil e estratégias de formação continuada para toda a comunidade acadêmica. A construção de um ambiente universitário inclusivo e antirracista perpassa pela acolhida, escuta ativa e valorização das identidades negras, promovendo espaços de pertencimento e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das ações antirracistas nas universidades federais e estaduais do Brasil apresentam um cenário complexo e desigual. A análise desta pesquisa evidenciou esforços significativos, como as políticas reparatórias implementadas, as quais têm se concentrado majoritariamente na garantia de condições materiais como moradia, alimentação e transporte. No entanto, as dimensões que são basilares para o sentimento de pertencimento e valorização das identidades negras, permanecem em segundo plano.

As experiências analisadas mostram que muitas iniciativas de ações simbólicas, como grupos de acolhimento, rodas de leitura, acompanhamento psicopedagógico e inserção de conteúdos étnico-raciais em disciplinas, surgem de iniciativas individuais de docentes, gestores ou coletivos de estudantes negros. A resistência de algumas universidades em enfrentar estruturalmente as desigualdades raciais manifesta na ausência de uma institucionalização consistente dessas práticas.

Para bell hooks (2013), a sala de aula pode ser um espaço de liberdade e transformação quando se torna lugar de escuta, de afeto e de valorização das vozes historicamente silenciadas. A presença de coletivos de estudantes negros e atividades como, rodas de conversa, grupos de leitura e práticas pedagógicas centradas na identidade racial, como pôde ser observado UNESP, UFES, UEL e UNILA, demonstram o potencial das ações como dispositivos simbólicos que rompem com a lógica elitista da universidade, visto que tais experiências cooperam para uma pedagogia antirracista.

Dessa forma, é imprescindível que a gestão universitária, os docentes e os técnicos administrativos possam ter formação continuada em letramento racial, com intuito de promover melhores políticas de enfrentamento ao racismo e atingir o seu papel na construção de um ambiente inclusivo. Além disso, também deve-se fortalecer espaços como ouvidorias e núcleos de apoio, que atuem não apenas como instâncias burocráticas, mas como locais de escuta ativa, acolhimento e enfrentamento das violências institucionais.

Como protagonistas, estão os coletivos de estudantes negros nesse processo. Suas práticas de resistência, acolhimento e produção de saberes afrocentrados são estratégias políticas e pedagógicas as quais precisam ser valorizadas pelas instituições. Além do mais, estes coletivos trabalham para que as universidades ampliem campanhas educativas, promovam editais específicos para ações afirmativas no ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, defendemos que as ações simbólicas não devem ser vistas como secundárias, pois constituem estratégias concretas de resistência à exclusão e de transformação das estruturas históricas do ensino superior. Ao promover escuta, reconhecimento e valorização das trajetórias negras, estas ações

contribuem para reconstrução do espaço acadêmico para que se torne um lugar de pertencimento para as discentes negras/os.

Conforme enfatizam bell hooks e Grada Kilomba, o impacto das ações simbólicas antirracistas atua na construção na subjetividade, na autoestima, na permanência e na legitimação dos saberes negros. Portanto, uma universidade democrática, plural e diversa, não pode prescindir as ações pedagógicas de transformação como eixo estruturante de sua política antirracista. Como implicação da prática, destaca a necessidade de um planejamento institucional estratégico, com orçamento, indicadores e acompanhamento contínuo dessas ações, pois, atualmente, as pesquisas apresentam lacunas significativas, especialmente no que se refere às ações simbólicas.

Salienta-se, ainda, a fundamental importância de promover o debate público e a politização da experiência em questão, a fim de que a política de permanência não se torne apenas um paliativo para as desigualdades, sendo imprescindível tornar o processo que realmente envolva a comunidade acadêmica, permitindo que todos possam engajar na transformação proposta.

Portanto, concluímos que essas ações desenvolvidas na universidade têm o potencial de contribuir para o combate contra o racismo estrutural no espaço acadêmico. Para tanto, é importante a sensibilização da instituição para adotar estratégias para integrar à diversidade, promovendo campanhas internas e externas, compartilhando informações, além de ofertar editais específicos, pesquisa e extensão para os discentes assistidos pelas políticas de inclusão, assim como a formação continuada para a gestão, docentes e técnico administrativo. Ou seja, é preciso investir mais em ações simbólicas nas universidades. Vale salientar também a necessidade de destacar a ouvidoria como espaço importante nas instituições para ofertar orientações e encaminhamentos internos e externos, relacionados a discriminações e situações de violência entre o sistema da universidade e os discentes.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. (2019). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos(as) das IFES. [Andifes | V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos \(as\) Graduandos \(as\) das IFES](#) . Acesso em: maio 2025.

BARBOSA, Maria Ligia Oliveira. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? *Revista de Educação PUC*, Campinas, 24(2), p. 240-253. [S. l.], v. 24, n. 2, p. 240–253, 2019. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4324>. Acesso em: dez. 2024.

BRANDÃO, Jéssica Justino; CAMPOS, Margarida de Cássia; LIMA, Ângela Maria de Souza. Políticas de ações afirmativas desafiando relações desiguais de poder: acesso/permanência na Universidade Estadual de Londrina. In: *Anais do I SINAGGET e XXXIV SEMAGEO*, v. 1, 2018. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Publicado em 04 dez. 2018. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/468>. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. *Decreto Nº 11.785 de 20 de novembro de 2023*. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11785.html. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.html. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 3627, de 28 de abril de 2004*. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=223564&filename=Avuls+o+PL+3627%2F2004 Acesso em: out. 2024.

BRASIL. *Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de ações afirmativas*. Brasília, DF: Ministério da Igualdade Racial, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoesafirmativas/RelatorioPFAAFinal.pdf>. Acesso em: out. 2024.

BRITO, Raul Santos de *et al.* Projeto aquilombando cuidados: equidade e permanência de estudantes cotistas preto, pardos e indígena da Unesp-Assis. *Diversitas Journal*, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 2823–2833, 2023. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2459. Acesso em: jan. 2025.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil*. Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DOEBBER, Michele Barcelos; GRISA, Gregório Durlo. Ações afirmativas: o critério racial e a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 577-598, set. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbep/v92n232/v92n232a08.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

FERES JÚNIOR, João *et al.* *Ação afirmativa: conceito, história e debates* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2mvbb>. Acesso em: jan. 2025.

FERREIRA, J. N. *Caracterização das ações de combate ao racismo institucional na saúde: comissão especial de políticas de promoção da igualdade racial em um grupo hospitalar*. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) — Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143034>. Acesso em: fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, n. (especial), p. 1-14, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação Brasileira: desafios, políticas e práticas*. RBP AE, v.27, n.1, 2011

GONZAGA, Yone Maria. Racismo institucional, branquitude e gestão reativa seletiva: desafios para a implementação de ambiente universitário afirmativo. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e12047, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/12047>. Acesso em: fev. 2025.

GUIMARÃES, Camila. Os quatro períodos do movimento negro e suas conquistas. *Centro de Liderança Pública*, 2024. Disponível em: <https://clp.org.br/os-quatro-periodos-do-movimento-negro-e-suas-conquistas>. Acesso em: mar. 2025.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. (Orgs.). *10 anos da Lei de Cotas: Conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ; São Paulo: Ação Educativa, 2023.

HOHENDORF, Jean. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, Sílvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; HOHENDORFF, Jean. *Manual de produção científica*. Penso Editora, 2014.

HONORATO, Gabriela; ZUCCARELLI, Carolina; CARVALHAES, Flavio; KLITZKE, Melina; COELHO, Ruan. Trajetória das desigualdades raciais na educação superior e o acesso às universidades federais sob a Lei de Cotas. In: HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: LEPES/FE-UFRJ; Ação Educativa, 2022, p. 35-67. Disponível em: www.pesquisaleidecotas.org.br. Acesso em: 12 jun. 2025.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Trad. M. B. Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjlf6H6qB7FsP/?lang=pt>. Acesso em: mar. 2025.

MARCON, Frank. Antirracismo. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, v. 1, n. 02, p. 61–74, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/4248>. Acesso em: 13 maio 2025.

MATOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência¹. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, e85943, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.85943>. Acesso em: mar. 2025.

MAYORGA, Cláudia; SOUZA, Luciana Maria de. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. *Psicologia Política*, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4411537>. Acesso em: mar. 2025.

MELO, Henrique Teixeira de; Imbiriba, José Luiz de Lator; Lima, Maria Aparecida Carneiro; Assumpção, Sandra Maria Duarte de; Cerqueira Lima, Ana Maria; Moreira de Seixas, Joana Angélica; Zuanny, Luis Francisco; et al. *Complementação ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2008–2010*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em:

<https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/PDI%202008%20-%202010%20Complemento.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil*: informações sobre objetivos, público-alvo e ações do programa. Brasília, DF, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>. Acesso em: fev. 2025.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>. Acesso em: mar. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoasDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: set. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Costa; SILVA, Armelinda Borges da; ÁLVARO, Juliana Faria; ANDRADE, Fábio Santos de. Movimentos negros no Brasil e os cenários de luta pela educação. *Educação & Sociedade* Campinas, v. 43, e262801, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.262801>. Acesso em: mar. 2025.

PASSOS, Joana Célia. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/GzcL6VPqbGDxbgzwvJ9Chy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. *Revista Odeere*, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2361>. Acesso em: fev. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista De Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: out. 2024.

SANTOS, André Pereira. *Gestão Universitária e a Lei de Cotas: Educação, Políticas e Debates*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

SANTOS, Débora Brito Rocha. Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, p. 31–50, 2017. Disponível em: [Vista do CURSO DE BRANCO: UMA ABORDAGEM SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA ENTRE ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÂ"NCVO DA BAHIA \(UFRB\) | Revista Contemporânea de Educação](#). Acesso em: fev. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves da; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOUZA, Silvana Rodrigues de; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. O programa de assistência ao estudante da UNILA: uma análise do perfil de estudantes brasileiros e estrangeiros. *Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, v. 40, n. 1, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/71975>. Acesso em: Acesso em: fev. 2025.

TRINDADE, Liana Rodrigues. *As estratégias de resistência e enfrentamentos: desdobramentos na consolidação dos coletivos de estudantes negros(as) nas universidades brasileiras*. São Paulo: Plural, 2022.

KILOMBA, G. (2019). *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó.

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

O manuscrito não é um preprint. Os conteúdos subjacentes apresentados na pesquisa estão integralmente contidos no próprio manuscrito. Declaramos, ainda, concordar com a publicação dos pareceres referentes à avaliação do manuscrito e autorizamos a interação direta com os pareceristas responsáveis pelo processo avaliativo.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

R. B. P.: Conceitualização, metodologia, análise de dados, escrita – redação original e revisão.

R. M. V.: Supervisão, validação, escrita – revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste manuscrito, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI, versão GPT-5.5-mini) como apoio à revisão textual e ao aprimoramento da redação. A ferramenta não foi utilizada para análise dos dados, interpretação dos resultados ou elaboração de conclusões científicas. Os autores permanecem integralmente responsáveis pelo conteúdo final do manuscrito.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.